



8 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 29 de maio de 2026

| | | | | | | | | |
|----------------------------------|--|------------------------------|--|-----------------------|---|----------------------|---|---|
| Bolsas Na quinta-feira | Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias | Na quinta-feira | Dólar Últimos | Salário mínimo | Euro Comercial, venda na quinta-feira | CDI Ao ano | CDB Prefixoado 30 dias (ao ano) | Inflação IPCA do IBGE (em %) |
| -0,39% São Paulo | +0,05% Nova York | R\$ 5,031 (-0,58%) | 22/maio 5,028 25/maio 5,019 26/maio 5,027 27/maio 5,061 | R\$ 1.621 | R\$ 5,861 | 14,40% | 14,32% | Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 |

FIM DA ESCALA 6X1

Oposição prepara reação no Senado

Davi Alcolumbre envia à CCJ projeto do PL que flexibiliza carga horária e vencimentos, em contraponto à PEC aprovada na Câmara que reduz jornada de trabalho sem corte de salário, agora nas mãos dos senadores

» DANANDRA ROCHA

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Sessão da Câmara que aprovou o fim da escala 6x1, com apoio de ampla maioria dos deputados. No Senado, oposição tentará derrubar a PEC

A aprovação da PEC que extingue a escala 6x1 na Câmara dos Deputados abriu uma nova frente de disputa política no Congresso. Menos de 24 horas após os deputados aprovarem, em dois turnos, a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas sem diminuição salarial, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), encaminhou, ontem, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) uma proposta alternativa articulada pela oposição.

A PEC protocolada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) cria um modelo flexível de jornada de trabalho que permite a empregado e empregador negociar diretamente a carga horária e a remuneração proporcional às horas efetivamente trabalhadas. O texto foi apresentado com apoio de 36 senadores e surge como contraponto à proposta aprovada pela Câmara com apoio do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A movimentação acelerou a discussão no Senado e colocou frente a frente dois modelos distintos de relação trabalhista. De um lado, a proposta aprovada pelos deputados prevê o fim gradual da escala de seis dias trabalhados para um de descanso remunerado, além da implantação de duas folgas semanais e redução da jornada para 40 horas. De outro, a PEC da oposição defende maior liberdade contratual, permitindo acordos individuais entre patrões e trabalhadores.

A proposta aprovada na Câmara recebeu ampla maioria. Foram 472 votos favoráveis no primeiro turno e 461 no segundo, números muito acima dos 308 necessários para alterações à Constituição. O texto estabelece uma transição gradual: 60 dias

após a promulgação, a jornada máxima cairá de 44 para 42 horas semanais. Depois de um ano, o limite passará a ser de 40 horas.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), comemorou a aprovação nas redes sociais e classificou a votação como um “momento histórico”. O parlamentar ressaltou o entendimento construído entre líderes partidários e reconheceu a atuação do Palácio do Planalto nas negociações. Nos bastidores, o governo atuou para consolidar apoio entre partidos do Centrão e reduzir

resistências de setores empresariais. A proposta aprovada nasceu a partir da pressão de movimentos trabalhistas e ganhou força após meses de mobilização nas redes sociais. O texto original defendido por parlamentares de esquerda previa uma jornada ainda menor, de 36 horas semanais em escala 4x3. Durante as negociações, porém, o Congresso optou por uma solução intermediária considerada mais viável politicamente.

No Senado, a oposição tenta, agora, alterar o eixo do debate. A PEC de Rogério Marinho modifica o artigo 7º da

Constituição para permitir que o trabalhador escolha entre o regime tradicional da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e um sistema flexível baseado em horas trabalhadas. Pela proposta, contratos individuais poderão prevalecer sobre acordos coletivos.

O texto também prevê que direitos como férias, 13º salário, FGTS e demais benefícios sejam calculados proporcionalmente à carga horária cumprida. Segundo Marinho, o objetivo é ampliar a autonomia do trabalhador e adaptar as relações de trabalho às necessidades do mercado.

“Se você quiser trabalhar 20 horas, 30 horas, 40 horas, 50 horas, é possível. E que você seja remunerado pela sua atividade e pela sua disponibilidade em relação ao seu empregador. É assim que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos”, afirmou o senador.

Agora, caberá ao senador Otto Alencar, presidente da comissão, definir o relator e o cronograma de tramitação das propostas. A tendência é que o Senado discuta os dois textos paralelamente nas próximas semanas.

CONJUNTURA

Mercado de trabalho resiste à desaceleração

» RAFAELA GONÇALVES

A taxa de desocupação no Brasil atingiu 5,8% no trimestre encerrado em abril, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). No período, 6,3 milhões de pessoas estavam em busca de uma vaga sem sucesso, o que representa 471 mil desocupados a mais em relação ao trimestre encerrado em março.

Embora tenha registrado perda de ocupação, o mercado de trabalho ainda mantém um patamar elevado em relação aos anos anteriores. Segundo Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas Domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação segue no menor nível já observado para o período. “Quando observamos apenas os trimestres móveis encerrados em abril de cada ano da pesquisa, essa taxa de 5,8% é a menor estimativa de desocupação já registrada para esse período”, destacou.

Rendimento

O rendimento real habitual de todos os trabalhos se mantém em patamar recorde, estimado em R\$ 3.732,

com estabilidade no trimestre e crescimento de 5,3% na comparação anual. Já a massa de rendimento real habitual, que representa o total de rendimentos gerados por todos os trabalhadores ocupados no país, somou R\$ 377 bilhões e também ficou estável no período trimestral, mas avançou 6,5% em um ano, o equivalente a um aumento de R\$ 22,9 bilhões.

Para a analista de Macroeconomia da InvestSmart XP Sara Paixão, os dados reforçam a resiliência do mercado de trabalho brasileiro, mesmo diante da desaceleração econômica e dos juros elevados. Na avaliação dela, o resultado abaixo do esperado pelo mercado também mantém a pressão para uma atuação cautelosa do Banco Central.

“A taxa de desemprego desacelerou de 6,1% em março para 5,8% em abril, ficando abaixo dos 5,9% esperados pelo mercado. A renda média efetiva avançou 0,3% no período, com alta de 4,9% em relação ao mesmo mês de 2025 e de 3,8% no acumulado de 12 meses”, destacou.

“Esse avanço no número de empregos abrange tanto o mercado formal quanto o informal. De modo geral, o indicador reforça um mercado de trabalho ainda aquecido e acima

Agência Brasil / Arquivo



Emprego formal segue em expansão, com indícios de desaquecimento

do nível neutro, o que também sinaliza para o Banco Central a necessidade de manter uma postura cautelosa”, comentou.

Caged

O Brasil criou 85.888 empregos formais em abril deste ano,

segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No mês, foram registradas cerca de 2,2 milhões de contratações e 2,1 milhões de desligamentos.

Entre os grandes grupos de atividade econômica, três dos cinco

setores analisados apresentaram crescimento na geração de empregos. O de serviços liderou a criação de vagas, com 69 mil novos postos, seguido pela construção civil, com 23 mil, e pela indústria, que abriu 9 mil vagas. O comércio registrou queda de 8 mil postos, a mesma quantidade de vagas perdidas na agropecuária.

Os dados do Caged consideram apenas empregos formais, com carteira assinada. Por isso, os números não são diretamente comparáveis aos indicadores de desemprego do IBGE.

Para a economista da SulAmérica Investimentos Mariana Rodrigues, os dados podem indicar desaceleração na geração de empregos, apesar de a taxa de desemprego permanecer em níveis historicamente baixos.

“A criação de apenas 86 mil vagas frustrou as expectativas do mercado, marcando o pior resultado para o período desde 2017 e sinalizando um possível movimento inicial de desaquecimento na geração de empregos. O monitoramento das próximas divulgações será fundamental para atestar se o cenário reflete uma tendência estrutural de desaceleração do mercado de trabalho”, avalia ela.

IMPOSTO DE RENDA

Último dia para prestar contas com o leão

Faltando apenas um dia para o fim do prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2026, mais de 10 milhões de brasileiros ainda precisam acertar as contas com a Receita Federal. O prazo, iniciado em 23 de março, termina hoje, e a expectativa do Fisco é receber cerca de 44 milhões de declarações neste ano. Dados atualizados até as 17h30 de ontem mostram que 38.593.848 declarações haviam sido enviadas. O cenário da reta final preocupa especialistas, principalmente, pelo aumento do risco de erros, omissões de informações e retenções em malha fina.

Segundo o diretor-executivo da Confirp Consultoria Contábil, Richard Domingos, quem deixa a declaração para os últimos dias tende a preencher os dados com pressa e sem revisão adequada. “Quem deixa para a última hora normalmente faz a declaração com pressa, sem revisar documentos e sem validar informações importantes. Isso aumenta muito o risco de inconsistências, perda de deduções legais e até retenção em malha fina”, alerta.

A Receita Federal já registra um número elevado de declarações retidas em malha fiscal ainda no meio do período de entrega. Em balanço divulgado no dia 18 de maio, quando pouco mais de 25,3 milhões de documentos haviam sido enviados, 1.410.027 já estavam retidos para verificação — o equivalente a 5,6% do total.

Para Richard Domingos, o dado reflete o avanço dos sistemas eletrônicos de cruzamento de informações utilizados pelo Fisco. “A Receita Federal está muito mais rápida e eficiente na identificação de divergências. Hoje, pequenas diferenças entre os dados informados pelo contribuinte e aqueles enviados por empresas, bancos, planos de saúde e outras instituições já são suficientes para gerar retenção”, explica.

O especialista afirma que parte desse aumento na fiscalização está relacionada ao fim da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf) e à adoção de mecanismos como o eSocial e a EFD-Reinf, que passaram a transmitir informações de forma contínua ao longo do ano. Segundo ele, o novo sistema amplia o risco de inconsistências entre os dados informados pelas fontes pagadoras e aqueles utilizados pelo contribuinte.

Na reta final, os especialistas recomendam cautela e revisão completa antes do envio. Entre os principais cuidados estão conferir informes de rendimentos, comparar valores com holerites e extratos bancários, revisar despesas médicas e recibos, validar dados de dependentes, informar corretamente rendimentos de aluguel, declarar investimentos e operações em bolsa, além de revisar os dados bancários para restituição.

Outro alerta é para o uso da declaração pré-preenchida, adotada por 77,3% dos contribuintes até o momento. Apesar da praticidade, o especialista em tributação Fabrício Tonegutti destaca que o sistema exige atenção. Segundo ele, a modalidade avançou nos últimos anos, mas não elimina a necessidade de conferência dos dados. (RG)